

SINAL-SP INFORMA

São Paulo, 13 de março de 2014 - nº 15



NESTA EDIÇÃO

- *Resultado da assembleia regional de 10/3/14*
- *Saiu na imprensa*

RESULTADO DA ASSEMBLEIA DE 10/3/14

A assembleia em São Paulo, realizada na segunda-feira, 10/3/14, com a presença do presidente do Sinal, Daro Piffer, contou com a assinatura de 70 servidores na lista de presença.

Aparecido Sales, presidente regional, fez a leitura do edital de convocação, para tratar, entre outros assuntos, da ameaça de transferência da folha de pagamento dos servidores do BC para o SIAPE¹ e da participação de servidores do BC de SP no ato unificado do dia 19/3/14, em Brasília.

Ato em Brasília, dia 19/3/14

Com relação ao ato convocado pelo Fórum das Entidades Nacionais dos Servidores Públicos Federais (Fórum das 32) para o dia 19/3, em Brasília, Sales ressaltou a importância de os servidores se fazerem presentes em grande número. Por um lado, face ao calendário apertado de mobilização: por se tratar de um ano eleitoral, expira no início de abril/2014 (180 dias antes das eleições) o prazo para atender demandas de cunho financeiro do funcionalismo público². Por outro lado, a necessidade de cobrar do governo resposta formal à pauta comum apresentada pelo Fórum das 32 no ato do dia 5/2/14, em Brasília: na ocasião, como informado no boletim Apito Brasil [nº 9](#), de 6/2/14, o secretário de Relações do Trabalho, Sérgio Mendonça, havia se comprometido a dar resposta **até** o carnaval, além de buscar uma audiência do Fórum com a ministra Miriam Belchior. Nada disso aconteceu, até o momento.

Por tudo isso, o Sinal-SP reforça o convite para os servidores do BC em São Paulo, ativos e aposentados, que tiverem interesse em participar do evento, que entrem em contato com membros do [Conselho Regional](#) ou com a funcionária Vanessa, pelo telefone (11) 3159-0252. O Sinal-SP, em conjunto com outras entidades sindicais,

pretende alugar ônibus para o transporte do pessoal, com saída de São Paulo no dia 18/3/14, à tarde. Alguns colegas ativos e aposentados já confirmaram a presença na manifestação.

Daro Piffer, com a palavra, acrescentou que precisamos aproveitar esta oportunidade em que o governo se sente acuado. Na área econômica, preocupa-se com o crescimento da inflação (ver notícia no quadro SAIU NA IMPRENSA), a balança de pagamentos, o ajuste fiscal e a fuga de investimentos externos; na área política, com a Copa do Mundo e os movimentos de rua e suas consequências em um ano eleitoral, bem como com a "rebelião" de integrantes de partidos – principalmente o PMDB- que compõem a base governamental no Congresso.

Em ano eleitoral, o pior para o governo é perder o apoio dos servidores, que poderão entrar em greve. Por tudo isso, embora o governo se mostre reticente e fuja das cobranças, o momento é ótimo para obtermos dele alguma coisa, daí a importância do ato programado para o dia 19/3.

Continuidade da luta

O prazo, até o início de abril/2014, para atender demandas financeiras é relativo, no entender de Daro. Segundo a [Constituição Federal](#) (Art. 37, X), cabe ao governo conceder revisão geral anual da remuneração dos servidores públicos. Reajuste para compensar a inflação não é aumento de salário, mas item da Lei de Orçamento, que deve ser aprovada até 30 de agosto. Embora não seja esse o entendimento do governo, cabe-nos brigar, até lá, por um reajuste compensatório de inflação, pelo menos.

Estamos lutando pela regulamentação da Convenção [nº 151](#) da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que dará ao servidor público uma data-base e garantia de negociação com o governo. A participação no ato do dia 19/3 é importante, mas também as manifestações do funcionalismo federal nas capitais, em todo o Brasil. O governo, que apenas se sensibiliza por pressão, começa a se preocupar com as manifestações do funcionalismo fora de Brasília, porque mostra que não é ato concentrado da direção sindical, mas do próprio servidor enquanto cidadão.

Quanto ao acordo em curso (que prevê reajuste -última parcela- de 5% em janeiro/2015), precisamos lembrar duas coisas, disse Daro: não existe acordo que não se possa renegociar; por outro lado, o governo não cumpre a parte dele: com exceção dos 5%, deixou de lado a pauta de demandas não econômicas, como a regulamentação das mesas negociais e a modernização do cargo dos técnicos. Os 5% não 'mata' a inflação do ano, pelo que não podemos ficar de braços cruzados por mais anos, vendo o nosso salário se deteriorar.

Folha de pagamento do BC

Recebemos notícia, informou Daro, de que o processamento da folha de pagamento do Banco Central deve passar para o Siape, ameaça que vimos combatendo há bastante tempo. Com o Siape, serão

trazidos para o BC uma série de problemas que ocorrem no processamento da folha das demais instituições federais: não pagamento, em abril, da 1ª parcela do 13º salário aos aposentados, atraso no pagamento de acertos relativos a substituições, promoções/progressões, remarcações de férias e outros eventos que ocorram após o dia 10 (dia em que o Siape “fecha” a folha) etc. Isso mostra claramente que a autonomia que o BC alega ter é uma ficção, na realidade não tem e nunca teve; sempre foi por mera liberalidade do governo. Mais grave ainda é o afrontamento à lei das autarquias, como é o caso do BC, que devem gozar de autonomia financeira e administrativa. Desde que os servidores passaram para o Regime Jurídico Único - RJU, o BC perdeu a autonomia financeira. Agora está começando a perder a autonomia administrativa.

Ação dos 28,86%

Criado o Grupo de Trabalho - GT da Litigiosidade, o Sinal insistiu para se começasse a discussão por um acordo relativo à ação dos 28,86%, percentual de reajuste que o sindicato defende para toda a categoria. Depois de passar pela Casa Civil e pela Procuradoria Geral do Ministério da Fazenda, ambas favoráveis ao acordo, a proposta encontra-se, agora, na Secretaria Executiva daquele Ministério.

É um ponto positivo o assunto estar em discussão no núcleo do governo. O negativo é a enrolação que ocorre nesse processo de se ouvir instâncias diversas. A outra frente é quanto ao aspecto jurídico. Em junho/2013, entramos com a execução dos atrasados da ação código 106. Recentemente (ver Apito Brasil, [edição extra](#) de 21/2/14), ministro relator do Superior Tribunal de Justiça admitiu examinar o nosso recurso contra a limitação do reajuste, como pretende o BC, ao período de 1993 a 1996.

Há um movimento grande de integrantes da ação código 106 por um acordo³ com o BC até 1996. O problema é que não existe por parte do BC nenhuma movimentação no sentido de fazer acordo apenas com um grupo. Como tem mais ações pendentes na justiça sobre o assunto, o BC pretende resolver tudo de uma vez. Estamos aí para uma reunião com o pessoal do grupo para ver o que poderá ser feito a respeito. A solicitação, Daro ressaltou, é de uma parte do grupo, não de todos os seus integrantes.

Outros assuntos

Proposta. Cleide Napoleão, aposentada, face à necessidade da urgente regulamentação da citada Convenção 151 da OIT, apresentou proposta de encaminhamento, pelo Fórum Nacional e Estadual das Carreiras Típicas de Estado, de carta aos parlamentares para cobrar-lhes um posicionamento sobre a matéria. Os congressistas, segundo ela, deverão ficar cientes de que seu posicionamento será amplamente divulgado pelas entidades quando das eleições deste ano.

Autonomia do BC. Perguntou-se a Daro sobre a autonomia do BC e mandato da sua diretoria, especialmente quanto à possibilidade de

uma cisão do Órgão: uma parte ficaria com a política monetária e o restante como agência regulatória, com a segregação de seu quadro funcional. Daro disse que a cisão do BC é uma ameaça no momento afastada. Quanto à diretoria, não é verdade que lhe dar mandato é dar autonomia ao BC, porque o governo tem muito poder sobre o Órgão. O Sinal, através do senador Gim (PTB/DF), conseguiu protocolar um Projeto de Lei (PLS [363/2013](#), de 10/9/13) para a regulamentação de todo o Sistema Financeiro. A relatoria do PLS ficou a cargo do senador Francisco Dornelles (PP/RJ). O problema é que o governo não quer mexer na regulamentação do sistema financeiro.

PEC 555/06. Daro reforçou o pedido do Sinal no sentido de os servidores enviarem carta (ver modelo e e-mails no boletim Apito Brasil [nº 23](#), de 10/3/14) aos parlamentares para pressioná-los a votar, ainda nesta legislatura, a proposta de emenda constitucional que elimina gradativamente a cobrança previdenciária dos servidores aposentados e pensionistas.

Aulas de idioma no Sinal-SP. Sales informou que o Sinal-SP, na medida do possível, disponibiliza sala, em sua sede (Av. Paulista, 1754 – 14º andar), para filiados interessados em aulas de idioma com professor particular. Com vistas a ampliar as possibilidades na formação de turmas, o Conselho Regional resolveu permitir a participação, desde que acompanhado do filiado, de parente seu até segundo grau, que não tenha vínculo com o Banco Central.

Atendimento jurídico no Sinal-SP. Sales lembrou que a advogada Dra. Jane Barbosa Macedo Silva está à disposição dos filiados na sede do sindicato. A consulta, gratuita, se dá às terças-feiras, das **9h às 13h**, e das **14h às 18h**, com horário marcado. Basta agendar pelo telefone (11) 3159-0252.

1 O Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos – [SIAPE](#) é o sistema informatizado de Gestão de Recursos Humanos do Poder Executivo Federal, que controla as informações cadastrais e processa os pagamentos dos servidores da Administração Pública Federal.

2 O Inciso VIII do art. 73 da Lei nº [9.504/97](#), que estabelece normas gerais para as eleições, proíbe aos agentes públicos, servidores ou não, fazer, na circunscrição do pleito, revisão geral da remuneração dos servidores públicos que exceda a recomposição da perda de seu poder aquisitivo ao longo do ano da eleição, a partir do início do prazo estabelecido no art. 7º (180 dias antes da eleição) dessa Lei e até a posse dos eleitos.

3 De acordo com o modelo proposto pelo grupo, a adesão ao acordo seria facultativa, os interessados em aderir se manifestariam formalmente pela desistência da incorporação do índice de 28,86% aos seus vencimentos atuais e a aplicabilidade desse índice se restringiria ao período compreendido entre janeiro de 1993 e dezembro de 1996.



Daro Piffer



SAIU NA IMPRENSA

Inflação medida pelo IGP-DI sobe para 0,85% em fevereiro

10/3/14

Vitor Abdala - Repórter da Agência Brasil

O Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna (IGP-DI) teve inflação de 0,85% em fevereiro deste ano, taxa acima da observada em janeiro, que havia sido 0,4%. O índice também é superior ao registrado em fevereiro de 2013 (0,2%). Em 12 meses, o IGP-DI acumula inflação de 6,3%.

O crescimento da taxa entre janeiro e fevereiro deste ano foi puxada exclusivamente por uma alta da inflação dos preços no atacado. Segundo a Fundação Getúlio Vargas (FGV), o Índice de Preços ao Produtor Amplo, que mede os preços no atacado, subiu de 0,12%

para 1% no período.

Por outro lado, o custo da construção civil e os preços no varejo contribuíram para evitar uma alta maior do IGP-DI. O Índice de Preços ao Consumidor, que analisa o varejo, caiu de 0,99% em janeiro para 0,66% em fevereiro. O Índice Nacional de Custo da Construção passou de 0,88% em janeiro para 0,33% em fevereiro.

Fonte: [Agência Brasil](#)

- Siga no [Twitter](#) as últimas notícias do SINAL-SP -

SINAL - Sindicato Nacional dos Funcionários do Banco Central
Av. Paulista, 1754 - 14º andar - cjs. 141/144
São Paulo SP - CEP 01310-920 / tel (11) 3159-0252
sinalsp@sinal.org.br / link para SINAL-SP: clique [AQUI](#)